

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP. ALB (Associação de Leitura do Brasil)/ Mercado de Letras. 1996. 95pp.

*Helena H. Nagamine Brandão**

Numa feliz parceria entre ALB e Mercado de Letras, sai publicada na *Coleção Leituras no Brasil* esta obra de Sírio Possenti. Os dois textos de que se compõe não são inéditos. Em versões mais simplificadas foram eles publicados anteriormente e amplamente apresentados e discutidos em encontros, seminários. Essa divulgação anterior poderia levar a supor a inocuidade desta publicação. No entanto, aí está o seu mérito. Em primeiro lugar os textos vêm a lume revistos e ampliados; em segundo, a temática é atualíssima como mostra uma pesquisa realizada em 15 escolas da cidade de São Paulo¹, em que vimos como a questão do ensino da gramática é um problema não resolvido nas nossas aulas de língua portuguesa.

Na primeira parte da obra, Possenti apresenta um conjunto de princípios correntes em lingüística “destinado, segundo ele, mais a provocar reflexão do que a aumentar o estoque de saberes” (p. 15). O seu objetivo é provocar reflexão para uma mudança da prática docente. A polêmica inscrita na ambigüidade do enunciado-título da obra é a primeira estratégia de impacto: não se trata de não ensinar gramática, de alijá-la do campo escolar, mas de ensiná-la de uma outra ótica para a qual o saber lingüístico tem muito a dar. Dessa forma, mostrando que lingüística e ensino de língua têm muito a ver, estabelece “uma espécie de decálogo” teses básicas para orientar a prática docente.

Partindo da tese de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, o Autor rechaça dois argumentos básicos que têm sido

(*) Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

(1) Projeto Integrado de pesquisa “A circulação dos textos na escola” coordenação geral de Ligia Chiappini, USP

colocados contrariamente a ela. Ao argumento de natureza político-cultural que diz ser “uma violência ou uma injustiça, impor a um grupo social os valores de outro grupo” Possenti contra-argumenta: “O equívoco, aqui, parece-me, é o de não perceber que os menos favorecidos socialmente só têm a ganhar com o domínio de outra forma de falar e de escrever. Desde que se aceite que a mesma língua possa servir a mais de uma ideologia, a mais de uma função, o que parece hoje evidente” (p. 18). No bojo desta contra-argumentação está uma visão de língua que extrapola o campo meramente técnico de um saber especializado, e vê a língua como manifestação cultural múltipla que tece as relações de poder entre as diferentes classes sociais de uma comunidade de falantes.

Ao argumento de natureza cognitiva que supõe que “o aprendizado de uma língua ou de um dialeto é uma tarefa difícil, ou, elo menos, difícil para certos grupos ou para certas pessoas” o Autor contrapõe: “Qualquer pessoa, principalmente se for criança, aprende com velocidade muito grande outras formas de falar, sejam elas outros dialetos ou outras línguas, desde que expostas consistentemente a elas”(p.19). Dessa forma, a aprendizagem do português padrão consistiria em expor o educando a situações de utilização efetiva da língua escrita uma vez que é aí que a língua padrão se manifesta por excelência.

Para que a escola cumpra o seu papel e leve o educando à “aquisição de determinado grau de domínio da escrita e da leitura” é necessário que se tenha uma concepção clara do que seja uma língua e dos processos de como se dá a sua aprendizagem para nortear o comportamento do professor de língua materna em sala de aula. Uma tese essencial é a de que todas as línguas são estruturas de igual complexidade. Assim como a antropologia rejeita a oposição primitivo x civilizado, não se aceita também no estudo da língua a oposição línguas simples x línguas complexas, primitivas x desenvolvidas. O que há são *línguas diferentes*. Essa mesma visão deve estar presente quando se comparam dialetos de uma mesma língua (variante popular x padrão culto). Possenti entra aqui na questão do preconceito e do erro, noções que emergem quando se tem um critério de avaliação externo à língua ou ao dialeto, isto é, o

critério diretamente relacionado ao maior ou menor prestígio da classe social dos falantes.

Sob a ótica da diferença e da concepção de que todas as línguas são regidas por regras igualmente complexas, “saber falar é saber dizer, saber entender frases, saber, enfim, a gramática da língua que fala” Todo professor de língua materna deve ter consciência de que mesmo o aluno em início de escolarização tem o domínio dessa estrutura complexa. Estrutura complexa e mutável. Isto é, não existe língua uniforme; determinada por fatores ou de ordem externa (geográficos, de classe, de sexo, de profissão etc) ou de ordem interna, toda língua varia. Compreender essas variações lingüísticas, esse caráter de mutabilidade da língua pode determinar, sem dúvida, uma mudança qualitativa na prática do professor.

Partindo da constatação óbvia de que “todos aprendem com velocidade espantosa um objeto complexo e sem ser ensinados” Possenti formula a tese de que “língua não se ensina, aprende-se” Como? Através do uso efetivo da língua, um uso sempre contextualizado e não por exercícios (repetitivos e automatizadores como os estruturais, de preenchimento de lacunas...): “O domínio de uma língua [...] é o resultado de práticas efetivas, significativas, contextualizadas. A escola poderia aprender muito com os procedimentos ‘pedagógicos’ de mães, babás e mesmo de crianças [...] Como aprenderam? Ouvindo, dizendo e sendo corrigidas quando utilizam formas que os adultos não aceitam. Sendo corrigidas: isto é importante. No processo de aquisição fora da escola existe correção. Mas não existe reprovação, humilhação, castigo, exercício de fixação e de recuperação etc.” (pp.47-8)

No projeto da escola ler e escrever são atividades fundamentais. Como aprender isso? O Autor propõe: “Escrevendo e lendo, e sendo corrigidos, e reescrevendo, e tendo nossos textos lidos e comentados muitas vezes, com uma freqüência semelhante à freqüência da fala e das correções da fala” Em outros termos, expondo constante e consistentemente nossos alunos às atividades de ler e escrever, concebidos enquanto trabalho, enquanto práticas significativas e não meros exercícios esporádicos e/ou automatizadores.

Nesse contexto, se ensinar língua materna na escola é tornar os alunos proficientes na escrita e leitura de textos no dialeto padrão, como fica o ensino da gramática? Toda a primeira parte da obra vai caminhando no sentido de mostrar que ensinar língua e ensinar gramática (pelo menos um tipo de gramática) não se confundem. Na segunda parte do livro, o Autor vai ocupar-se mais diretamente da questão do ensino da gramática. Em primeiro lugar, conceitua o que vem a ser gramática, distinguindo três maneiras de concebê-la:

- como conjunto de regras que devem ser seguidas: definição adotada pelas gramáticas normativas e também presentes nas gramáticas pedagógicas e livros didáticos;
- como conjunto de regras que são seguidas: definição presente no trabalho dos lingüistas, preocupados em descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas;
- como conjunto de regras que o falante da língua domina: essas regras estariam internalizadas na mente do falante e constituiriam hipóteses que o habilitam “a produzir frases ou seqüências de palavras de maneira tal que essas frases e seqüências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua” (p. 69).

Nessa tipologização há relações estreitas entre a gramática descritiva e a internalizada, ou seja entre descrever uma língua e descobrir a “gramática” que os falantes dessa língua dominam. Para Possenti, “uma gramática descritiva é tanto melhor quanto mais ela for capaz de explicitar o que os falantes sabem” (p.73). Isto é, quanto mais ela for capaz de retratar a gramática internalizada. Na sua proposta, o trabalho do professor desloca-se da gramática normativa para centrar-se justamente na confluência dessas duas gramáticas: a partir de textos efetivamente produzidos pelo aluno, levantar-se-ão hipóteses sobre as regras que o aluno tem internalizadas a respeito da língua e que o levaram a fazer uso de determinada forma lingüística, mostrando ainda os vários recursos expres-

sivos possíveis de acordo com diferentes situações e variantes. Nesse enfoque, as noções de língua, regra e erro que norteiam a gramática normativa devem ser revistas e reformuladas.

Num estilo polemizador, colocando na cena enunciativa o argumento e o contra-argumento, a réplica e a tréplica, Possenti vai polifonicamente expondo suas teses e as implicações didáticas delas decorrentes. Sem dar receita, mas sempre ilustrando as colocações com exemplos, o autor nos leva a refletir sobre questões que há muito vêm sendo problematizadas no meio docente.